



# Clipping Nacional

de

# EDUCAÇÃO

Brasília, 25 de Setembro de 2019

## Comissão de Educação vai avaliar Fundeb, que garante verba mínima para escolas

O Fundeb será a política pública avaliada pela Comissão de Educação até o fim do ano. A sugestão partiu do presidente do colegiado, senador Dário Berger (MDB-SC), que escolheu Flávio Arns (Rede-PR) para relatar a análise.

Criado em 1998 para socorrer escolas públicas estaduais e municipais, o Fundeb vigorará só até 2020. O Congresso estuda propostas que garantem a renovação do mecanismo.

## Ensino integral melhora resultados em escolas pobres.

*Das 100 unidades do País com indicadores de qualidade satisfatórios no ensino médio, 82 funcionam em tempo estendido, segundo estudo*

Isabela Palhares  
ENVIADA ESPECIAL/  
GOIÂNIA

Assim que toca o sinal, os alunos saem correndo das salas. Eles têm pressa, não para ir embora, como seria de se esperar após nove horas e meia de atividades escolares. Mas para ir ao pátio, onde vão ensaiar para a fanfarrinha ou treinar handebol. Ao contrário do receio inicial, em um colégio onde 30% dos alunos repetiam ou abandonavam os estudos, aumentar o tempo de aula, com implementação do período integral, fez crescer o interesse pelos estudos e elevou indicadores educacionais da unidade.

A história da Escola Estadual Professor Pedro Gomes, em Goiânia, tem semelhanças com outros colégios de regiões pobres que conseguiram bons resultados por meio do ensino integral. Isso é o que mostra o estudo Excelência com Equidade no Ensino Médio, antecipado pelo Estado. A pesquisa foi desenvolvida pelo Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), em parceria com Instituto Unibanco,

Fundação Lemann e Itaú BBA.

Vários fatores interferem nos resultados de aprendizado, mas o nível socioeconômico dos alunos é considerado o de maior influência. Das 5.042 escolas do País que atendem estudantes com renda familiar de até 1,5 salário mínimo no ensino médio, apenas 100 obtiveram índices educacionais satisfatórios. Dessas, 82 são de período integral. “Esse resultado não demonstra que o ensino integral é o único caminho para uma educação de qualidade, mas mostra que praticamente só essas escolas estão conseguindo avançar. Tem sido difícil melhorar sem ser por essa modalidade”, diz Ernesto Faria, diretor do Iede.

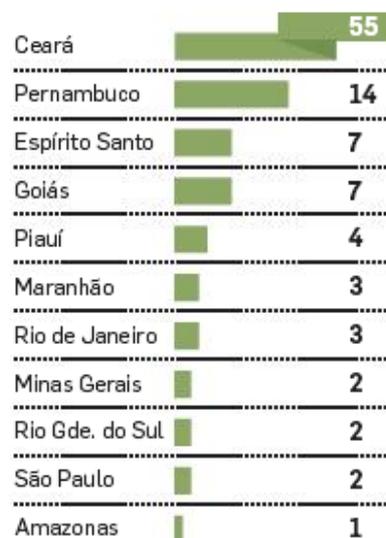
A escola Pedro Gomes é uma das mais tradicionais da capital goiana, no maior bairro comercial da cidade, e tinha como principal problema a evasão. Muitos alunos abandonavam os estudos para trabalhar nas lojas e lanchonetes da região. “Eles não viam sentido em continuar estudando e sentiam que ajudariam mais as suas famílias se comesçassem a trabalhar”, conta o diretor José Joaquim Neto.

Em 2013, a escola foi uma das selecionadas pelo governo de Goiás para um projeto-piloto de tempo integral. Houve resistência ao plano que quase dobrou o tempo de aula, de 5 horas para 9h30 diárias. No

### EXCELÊNCIA

● Das 5.042 escolas do País que atendem os alunos mais pobres, apenas 100 conseguiram bons resultados educacionais

#### Escolas bem avaliadas



FONTE: INSTITUTO UNIBANCO | INFOGRÁFICO/ESTADÃO

primeiro ano de implementação, o colégio perdeu 60 dos 298 alunos. Aos poucos, a unidade voltou a atrair as famílias – no ano passado, a escola tinha 601 matriculados e só 0,5% de abandono.

Carreira. Como seus primos e amigos mais velhos, Geovanni Alves, de 18 anos, queria estudar pela manhã e trabalhar à tarde. Por isso, não gostou de ter sido matriculado





na escola no 1.º ano do ensino médio. “Achava que já estava na idade de ter meu dinheiro, ajudar em casa. No primeiro dia de aula, os professores me mostraram que eu podia mais, posso sonhar e ter a profissão que eu quiser se terminar os estudos”, conta o jovem, que vai prestar vestibular para Design de Interiores.

Em outro colégio com ensino em tempo integral em Goiânia, o relacionamento com uma professora-tutora e um trabalho de iniciação científica sobre doenças mentais deram a luz sobre a carreira que Jéssica Ferreira, de 19 anos, queria seguir: Psicologia. “Passei por problemas, não tinha com quem conversar em casa e a escola me ajudou. Tanto pela relação com a tutora, como por esse projeto. Quero ser a primeira da família a ir para a universidade”, diz a jovem, do 3.º ano do ensino médio da Escola Estadual Juvenal José Pedroso, outra das 100 a atingir os resultados.

Especialistas e diretores das escolas ressaltam que não é apenas a ampliação da carga horária a responsável pela melhora nos resultados, mas o aproveitamento do tempo maior para trabalhar conteúdos de interesse do aluno e com diferentes metodologias. Nessas

unidades, ele pode escolher disciplinas, recebe tutoria de um professor (com quem pode falar sobre o desempenho, problemas familiares, dificuldades de relacionamento), propõe projetos e opina sobre a escola.

O principal entrave para a expansão das escolas de tempo integral é o custo. Por isso, Faria destaca que, até o País atingir uma rede mais extensa, é possível replicar práticas no período regular. Por exemplo, o monitoramento contínuo do aprendizado. Nas escolas de Goiânia, alunos fazem provas toda segunda e os resultados são analisados pelos professores.

Outra prática é o incentivo à participação dos pais. A Juvenal Pedroso, por exemplo, tem como meta ter ao menos a presença de 60% dos responsáveis nas reuniões bimestrais. Também liga ou vai até a casa dos alunos que faltaram duas vezes na semana. “A escola e os professores podem mudar a vida desses meninos, mas, se a família participar, é muito mais fácil”, diz a diretora Divina Rocha.

Política. O Plano Nacional de Educação (PNE) prevê 25% das matrículas em tempo integral até 2024 – em 2018, eram apenas

10,3% no ensino médio. O Ministério da Educação (MEC) ainda não fez, neste ano, repasses para o apoio ao período integral nos ensinos fundamental e médio. O Estado mostrou em agosto que o MEC quer montar novo programa para a modalidade, com a ampliação da jornada em faculdades particulares.

Principal política defendida pelo governo Jair Bolsonaro para a educação básica, as escolas cívico-militares (de gestão compartilhada entre civis e militares) não estão entre as 100 que alcançaram indicadores satisfatórios no estudo. Nessa seleção, apareceram três exclusivamente militares, no Maranhão.

Em nota, o MEC diz que “as escolas de tempo integral continuam a ser sua prioridade” e até o fim do ano irá repassar recursos de adiantamento previstos para 2020. O valor não está definido.

Questionado sobre o novo formato do programa de fomento às escolas de tempo integral, a pasta informou que a “política será mantida para os próximos anos com poucas alterações”.

## Nordeste se destaca no uso desse modelo

O alto custo da implementação do ensino em tempo integral é apontado como o principal entrave para a expansão. Até Estados mais ricos têm dificuldade de ampliar o número de matrículas com a jornada ampliada. Em São Paulo, por exemplo, 8,6% de seus alunos de ensino médio estão matriculados no período integral, porcentual mais baixo do que a média nacional, de 10,3%.

Os Estados que mais têm avançado nesse modelo são os do Nordeste. Para essa etapa, dois deles alcançaram ainda no ano passado a meta prevista pelo Plano Nacional de Educação (PNE) para 2024, que é ter 25% dos alunos no tempo integral. Pernambuco já alcançou 49% das matrículas e a Paraíba, 25,1%. Ceará também se destaca, com 23,4%.

Promessa de campanha do governador João Doria (PSDB), a expansão das escolas de tempo integral na rede paulista começou neste mês a dar os primeiros passos, com a publicação de uma resolução que garante essa expansão.

Segundo Caetano Siqueira, da coordenação pedagógica da Secretaria Estadual de Educação, a expectativa é expandir para mais cem escolas – hoje, são 417. O valor a ser investido não foi informado. / I.P.

## CENÁRIO

# País precisa decidir qual é a prioridade

Ana Inoue  
ASSESSORA DE  
EDUCAÇÃO DO ITAÚ BBA

O ensino médio é a última etapa da política de educação pública universal. Por isso, essa fase é tão desafiadora para o País. É nela que ainda podemos mudar o futuro dos jovens. O desafio é grande porque muitos alunos chegam a esse ciclo com um acúmulo de defasagens dos anos escolares anteriores e desinteressados porque a escola parou de dialogar com seus interesses.

O Brasil tem hoje um ensino médio estruturado para quatro horas diárias de atividades, mas um estudo do Banco Mundial cronometrou as aulas e descobriu que, em média, apenas duas horas são aproveitadas para, de fato, ensinar. Como conseguir um aprendizado adequado

de um aluno que já arrasta deficiências em apenas duas horas?

Não existe mágica e é por isso que o ensino em tempo integral tem se destacado tanto, nas suas mais diversas experiências pelo País. Diversas pesquisas internacionais e as práticas dos países com os melhores resultados educacionais do mundo já mostraram que o ensino em período integral é exitoso.

O Brasil tem características bastante peculiares, mas esse estudo mostra que, para nós, essa modalidade também funciona. O ensino integral custa caro? Sim, mas precisamos decidir qual é a prioridade dos nossos investimentos em educação. Se é garantir o aprendizado dos nossos jovens, ele vale a pena e há diversas evidências de que funciona.

## Para levar licitação de merenda em SP, empresa reembala leite de outra marca

Thaiza Pauluze

**SÃO PAULO** Na disputa por uma licitação de R\$ 1,4 milhão para produzir 886 mil kg de leite em pó para a merenda da Secretaria Estadual da Educação de São Paulo, uma fabricante reensacou leite Ninho, da Nestlé, na sua embalagem, da marca Romano. Sem punição, a empresa ganhou outro pregão da pasta, sob gestão de Rossieli Soares.

O certame para a compra do produto foi realizado em março e primeiro sagrou vencedora a empresa Alnutri Alimentos, que, no entanto, foi reprovada na fase seguinte, a da documentação. A segunda colocada era a Milk Vitta, dona da Romano.

Aprovados os documentos, a fabricante entregou as

amostras do leite em pó integral instantâneo para a próxima etapa: o teste de aceitabilidade. A unidade seria vendida ao estado por R\$ 16,60.

No primeiro teste sensorial, que observa aparência, cor, odor, sabor e textura do alimento, a Milk Vitta recebeu nota 3,6 dos nutricionistas da pasta. O principal problema era com a solubilidade. O leite formou grumos — ou seja, não se dissolveu completamente.

Após o prazo de cinco dias para que uma nova amostra fosse apresentada à reavaliação, o produto foi novamente reprovado por baixa qualidade. A nota foi 4,5.

Para firmar contrato com o estado, a fabricante preci-

saria de no mínimo de uma nota 5 nesse teste.

Dizendo-se “inconformada com o resultado” da avaliação, a Milk Vitta protocolou um recurso onde foi anexado um vídeo. As imagens mostram uma funcionária reensacando leite em pó Ninho na embalagem da Romano.

A fabricante questiona a isenção da comissão de nutricionistas da pasta e admite ter “fracionado em sua embalagem um leite altamente conhecido no mercado por sua qualidade” e que filmou toda a operação.

“[A Milk Vitta] empacotou em sua própria marca leite Nestlé, marca Ninho, a qual foi reprovada no teste sensorial. Face a estranheza dessa reprovação, tendo em vista a inquestionável qualida-





optou por filmar o empacotamento da segunda amostra entregue”, afirmou a empresa no recurso, admitindo que havia trocado os produtos nos dois testes.

Para Daniel Lamounier, advogado especialista em direito público e ex-controlador adjunto do município de São Paulo, a prática de reembalar o leite de outra fabricante configura fraude. “É uma situação muito grave, de adulteração de produto. Além da variação da validade, que muda quando a embalagem é aberta, há possibilidade de contaminação”, diz.

Segundo Lamounier, se a empresa afirmou durante o processo de licitação que o

leite teria fabricação própria e forneceu o produto de outra marca, isso pode configurar irregularidade perante a lei de licitações e acarretar na aplicação de penalidade de advertência à declaração de inidoneidade, que impediria a empresa de contratar com o poder público.

A lei de licitações prevê que impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório pode ter pena de detenção de seis meses a dois anos, e multa.

Um dos representantes da Milk Vitta é o advogado Fer-

nando Carlomagno, suspeito de envolvimento na chamada máfia da merenda. Ele era próximo do presidente da Coaf (Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar), que foi acusada de fraudar contratos de R\$ 13,5 milhões com a Secretaria da Educação para o fornecimento de suco de laranja da merenda escolar entre 2011 e 2014, no governo Geraldo Alckmin (PSDB).

A cooperativa supostamente pagava propina a agentes políticos e servidores para ser beneficiada em disputas públicas no estado e em pre-





feituas. O próprio presidente da Coaf, Cássio Chebabi, contou em depoimento à polícia que o esquema começou a ser replicado em prefeituras no Rio de Janeiro através de Carlomagno, que superfaturava em 15% o valor dos contratos firmados.

A Secretaria da Educação paulista negou o recurso da Milk Vitta no dia 16 de agosto, afirmando que “não foi possível atestar, mesmo com base no vídeo gravado pelo fornecedor, que a amostra apresentada era realmente da marca Nestlé, de maneira a colocar em dúvida a lisura do teste sensorial realizado”.

No entanto, a pasta da gestão João Doria (PSDB) ainda não abriu processo para punir a conduta da fabricante. Se-

gundo a secretaria, no início de setembro a coordenadoria responsável determinou uma análise técnica/jurídica do caso e se for comprovada alguma irregularidade, um processo de punição será aberto.

A Milk Vitta, porém, já venceu outro pregão, para fornecer às escolas composto lácteo de leite com baunilha — o processo está em fase de análise da documentação e das amostras.

O leite é um produto de alta demanda da secretaria — aparece no cardápio das escolas da rede três vezes na semana.

Questionada, a Nestlé informou em nota que não tinha conhecimento da reembalagem do leite por outra fabricante e que não vende o produto a granel.

“A empresa esclarece que vai avaliar o caso para tomar as medidas cabíveis”, afirmou.

Como mostrou a *Folha*, a Secretaria da Educação não puniu um frigorífico autuado no início do ano por entregar produto adulterado e a empresa voltou a ganhar licitações abertas pela gestão João Doria (PSDB) para fornecer carne à merenda das escolas estaduais.

A empresa NS Alimentos foi interdita pelo Ministério da Agricultura no dia 30 de janeiro, após fiscalização constatar fraude econômica — que consiste na venda de um produto diferente do que o informado, ou em quantidade menor, com a injeção de outros produtos como salmoura (solução de água saturada com sal).





Após a **Folha** revelar em março que, mesmo com as atividades suspensas, a NS Alimentos havia assinado contratos com a Secretaria da Educação no valor de R\$ 7,9 milhões, a pasta demitiu três pessoas responsáveis pela área e anunciou uma auditoria sobre o processo de compras.

Mesmo assim, a empresa voltou a participar de licitações nos últimos três meses e ganhou a maior parte das concorrências abertas para o fornecimento de carne bovina e suína às escolas. Os nove lotes nos quais a NS venceu a concorrência totalizam R\$ 23,9 milhões.

A **Folha** também revelou que a secretaria trouxe de volta para cuidar do programa de alimentação das escolas paulistas Vanessa Alves Vieira, nutricionista exonerada após suspeita de envolvimento na máfia da merenda.

Há cerca de um mês, ela ocupa a cadeira de diretora técnica 2 do Cenu (Centro de Serviços de Nutrição) da pasta, mesma função que exercia à época. Sua nomeação, no entanto, não foi publicada no Diário Oficial do Estado, o que torna a atribuição irregular.

## Não podemos deixar a ineficiência na educação se tornar constitucional

### OPINIÃO

**Priscila Cruz**

Presidente executiva e cofundadora do Movimento Todos Pela Educação

Todos nós queremos que o potencial de desenvolvimento social e econômico do Brasil seja destravado. Mas sejam quais forem as próximas reformas e políticas públicas, elas terão seu impacto limitado pelo nosso baixo capital humano. Sem investir em pessoas, não há como ir além do histórico brasileiro de “vos de galinha”.

O que é preciso fazer? Investir melhor em educação

básica. É aí que entra o Fundeb, fundo por onde passa mais da metade dos recursos da área, distribuído para estados e municípios.

Uma proposta de emenda constitucional (PEC) para um novo Fundeb está em discussão no Congresso, mas, a despeito de importantes questões presentes na PEC, infelizmente o debate público tem se concentrado no aumento da contribuição da União para o fundo (de 10% para 40% —ou seja, de R\$ 15 bilhões para R\$ 60 bilhões por ano).

Pouca atenção tem sido dada à equidade na distribuição desses recursos e a como eles

poderiam ser mais bem alocados para ampliar os resultados educacionais.

O que deve ser levado em consideração no novo Fundeb? Em primeiro lugar, uma premissa: investimentos em educação, quando bem geridos (corretamente alocados, executados e avaliados), resultando em mais aprendizagem dos alunos, são os que trazem maiores retornos para os brasileiros e para o Brasil. É notória a necessidade de investirmos mais, principalmente nas escolas e nos alunos mais pobres, fazendo da educação um fator de equalização de oportunidades.





Contudo, há um uso populista da bandeira de mais recursos, que encobre a incapacidade de alguns grupos formularem e abraçarem uma agenda mais sistêmica e complexa de melhoria da educação pública brasileira. Quem paga o preço por essa lógica, para variar, são as crianças. E, em seguida, todos nós.

É tempo de aprendermos com as evidências sobre a relação gasto-qualidade e evitarmos a constitucionalização da ineficiência.

Temos a oportunidade, com o novo Fundeb, de uma nova modelagem que favoreça e estimule a boa gestão.

A experiência empírica é inequívoca ao mostrar que a partir do patamar de investimento por volta de R\$ 5.500 por aluno por ano (valores 2019), a correlação entre resultados educacionais e investimento praticamente some. O que passa então a explicar mais os resultados é a gestão educacional, muito desigual entre os estados e municípios brasileiros.

Nesse sentido, um novo Fundeb deve ser mais redistributivo, capaz de elevar o investimento de 45% dos municípios que investem menos que R\$ 5.500 por aluno ao ano. É preciso, de início, considerar os valores fora do Fundeb no critério de repasse, além de alterar a lógica de distribuição de toda a complementação da União, ainda que de maneira gradual, para não gerar perdas no curto prazo a algumas redes.

Em que pese o meritório

esforço político de convergir diferentes posições no debate, a atual proposta ainda não avança nesse sentido, constitucionalizando uma ineficiência de aproximadamente R\$ 5 bilhões por ano.

O Brasil precisa trilhar o difícil caminho de busca por maior eficiência e equidade, com critérios claros para o aumento de investimentos para além do patamar mínimo que deve ser garantido por aluno, com políticas indutoras de melhor gestão e apoio técnico onde ela é menos eficiente, de forma a não punirmos os alunos dessas localidades.

A defesa da eficiência é a do direito de todos os alunos de aprender. Demonizá-la é se eximir de responsabilidades, assumindo uma retórica que tem prejudicado milhões de alunos, mas gerado ganhos para um pequeno grupo de pessoas.

## CLDF aprova reeleições ilimitadas para diretores de escolas públicas



*Além disso, o mandato foi reduzido para dois anos. Proposta é conjunta do governo com parlamentar*

SUZANO ALMEIDA  
suzano.almeida@metropoles.com

O plenário da Câmara Legislativa aprovou, nesta terça-feira (24/09/2019), em dois turnos, o Projeto de Lei 657/2019. Ele autoriza, de forma ilimitada, a reeleição para as direções de escolas públicas, além de reduzir para dois anos o mandato. A proposta é do governo com o deputado distrital João Cardoso (Avante), que defendeu a matéria em decorrência da falta de interesse de outros candidatos.

Atualmente, o mandato para diretor é de três anos, com gratificação mensal de R\$ 1.500 em média. Motivo pelo qual, segundo a justificativa do projeto, aponta que 90% dos colégios ficariam sem diretores, caso a lei não fosse modificada. Para o parlamentar, a redução do mandato para dois anos vai permitir que o governo trabalhe melhor alterações nas regras da gestão democrática sem prejudicar as eleições do mês que vem.

“Sacerdócio”

“Eu estive nas 47 escolas de Sobradinho e, em 60% delas, os professores não têm interesse em se candidatar. Tanto por conta das condições dadas a eles quanto pelo valor da gratificação. Para ser

diretor tem que ser um herói, pois é um sacerdócio”, defendeu João Cardoso.

A proposta inicial do governo era estender o mandato das atuais direções por um ano. Durante esse tempo, seria enviado um projeto para mudar as atuais regras. Os deputados e o Sindicato dos Professores (SinproDF) foram contrários à extensão e entraram em acordo com o Executivo. Assim, aprovaram a medida.

Outras votações

A Casa aprovou, também em segundo turno, outros projetos de deputados distritais. Entre eles, o que extingue benefícios às empresas que comprarem produtos ilícitos, de autoria de Claudio Abrantes (PDT). Outro que passou foi o que obriga os cursos de informática, cibercafês e Lan Houses a disponibilizarem ao menos uma máquina reservada para pessoas com deficiência.

Apenas um projeto foi aprovado em primeiro turno. De autoria da deputada distrital Jaqueline Silva (PTB), a proposta 85/2019 cria políticas de prevenção ao uso de drogas ilícitas em universidades públicas e privadas. A proposta teve apenas um voto contrário, do parlamentar Reginaldo Veras (PDT).



## Enade: termina na sexta prazo para novo pedido de atendimento especial

Estudante com pedido negado pode apresentar novos documentos

Por Mariana Tokarnia - Repórter da Agência Brasil Brasília

Os estudantes que pediram atendimento especializado, específico ou pelo nome social para o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) 2019, e o pedido foi negado, podem entrar com recurso e apresentar novos documentos. O prazo termina nesta sexta-feira (27), às 23h59, no horário de Brasília.

Os novos documentos devem ser enviados pela internet, pelo Sistema Enade. O resultado será divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a partir do dia 1º de outubro.

O atendimento

especializado destina-se a pessoas com baixa visão, cegueira, visão monocular, deficiência física, deficiência auditiva, surdez, deficiência intelectual (mental), surdocegueira, dislexia, déficit de atenção, autismo e discalculia.

Já o atendimento específico é oferecido a gestantes, lactantes, idosos ou pessoa com outra condição específica.

O atendimento por nome social aplica-se às pessoas que se identificam e querem ser reconhecidas socialmente em consonância com a sua identidade de gênero.

Questionário do Estudante Todos os estudante, formandos nos cursos avaliados, devem responder ao Questionário do Estudante até 21 de novembro. O documento faz parte do processo avaliativo e o

preenchimento é obrigatório. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), o formando que não preencher o formulário ficará irregular junto ao Enade e, mesmo que cumpra todas as outras obrigações do exame, não conseguirá colar grau.

O Enade 2019 será aplicado no dia 24 de novembro. O exame é composto por uma prova para avaliação de desempenho dos estudantes e o Questionário do Estudante. No histórico escolar, ficará registrada a situação de regularidade em relação ao Enade.

Neste ano, o Enade avaliará os cursos das áreas de ciências agrárias, ciências da saúde e áreas afins; engenharias e arquitetura e urbanismo; e os cursos superiores de tecnologia nas áreas de ambiente e saúde, produção alimentícia, recursos naturais, militar e de segurança.